

## **Análise Sobre A Ética Contida No Jornalismo Político De Kennedy Alencar**

<sup>1</sup> José Francisco Teixeira da **SILVA**

<sup>2</sup> Elilson Fabiano **PEREIRA**

<sup>3</sup> Leoní **SERPA**

Fundação Universidade Federal de Rondônia

### **Resumo**

O presente trabalho é fazer uma análise sobre questões éticas contida na matéria jornalística publicada no Blog do jornalista Kennedy Alencar<sup>1</sup>, denominada: Congresso arma golpe contra a Lava Jato. Faremos uma análise singular do jornalismo político produzido pelo jornalista Kennedy Alencar, que diariamente destaca em seu blog assuntos da política atual. A pesquisa especificamente, trará para a análise a forma como o jornalista divulgou um acontecimento político, verificando se a maneira como foi divulgada a notícia teve "outras intenções" ou os conceitos éticos foram de império. O cruzamento da ética em contraste com a manipulação da informação é o que nos interessa nessa discussão.

**Palavras-chave:** Ética Jornalística; Jornalismo Político; Informação; Opinião.

### **1 – INTRODUÇÃO**

O presente artigo é resultado de um trabalho de pesquisa desenvolvido como requisito avaliativo da disciplina de Legislação e Deontologia do Jornalismo, do IV período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), segundo semestre de 2016.

Partimos do pressuposto de que o jornalista ético quando adquire determinada credibilidade, ganha status de instituição. Caso sua atuação seja no meio político, ele passa a ser considerada uma instituição política. Pois, quando ocorre determinado

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de maio de 2017

<sup>2</sup> Estudante de graduação do 5º semestre do Curso de Jornalismo, email: capteixeira@hotmail.com

<sup>3</sup> Estudante de graduação do 5º semestre do Curso de Jornalismo, email: elilson.unir@hotmail.com

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UNIR, email: leoni.serpa@unir.com

episódio os interessados nesse segmento querem saber o que aquele jornalista falou ou escreveu sobre a matéria em pauta. Contudo, quando o jornalista deixa transparecer suas tendências ideológicas, políticas e partidárias jamais chegará ao status de instituição. Suas tendências fatiam os leitores e ouvintes, somente os que simpatizam da sua ideologia político-partidária passam a lhe dar ouvidos e olhos, muitas vezes com o interesse único de tirar vantagens do que fora dito ou escrito.

Lançando um olhar sobre aquela premissa de que é preciso sobreviver, muitos jornalistas veem no jornalismo político maiores oportunidades para alcançar a tranquilidade financeira. Ao tomar essa decisão é preciso esquecer uma das "palavras mágicas" quando o assunto é jornalismo ético, a liberdade. Enveredar no mundo do jornalismo político sem a devida bagagem – credibilidade – é o mesmo que dizer adeus à sua liberdade jornalística. Para quem não é uma “instituição”, ser jornalista político exige comprometimento quase que total com a fonte pagadora, ou seja, com o patrão. Consequentemente o profissional se divorcia da ética, pois a prática do jornalismo ético exige liberdade.

O dever principal do jornalista comprometido politicamente passa a ser o de defender o “patrão” custe o que custar. E nesse “custe o que custar” não há espaço para a liberdade e nem para a ética, é abrir mão da objetividade jornalística e atuar em um mundo de subjetividade, em que o propósito é falar bem ou fazer com que falem bem do chefe, sem se preocupar com as consequências sociais e morais da sua adesão a esse tipo de jornalismo. Traçar um limite útil na tentativa de estabelecer o que é e o que não é ético em algum nível, é tarefa particularmente difícil, e, por si só, é uma decisão política.

Sobre a temática acima narrada Kosovski (1995) asseverou:

“Os meios de comunicação sempre serão instrumentos, ferramentas disponíveis para o uso do bem e do mal. A ética midiática não concerne apenas aos especialistas, pelo contrário, é responsabilidade de todos. De resto, no mundo das mas media as dificuldades inerentes a comunicação são com frequência enaltecidas pela ideologia, pela avidez do lucro e do controle político. Por trás de um jornal há sempre um grupo de políticos envolvidos”.

Na tentativa de evitar qualquer embaraço na compreensão do que estamos escrevendo, buscamos apresentar um entendimento bem básico sobre o assunto, que nos transmite a ideia fixa sobre a necessidade de deixar bem separado a função de jornalista

do ente político. Para isso recorreremos à definição apresentada por John Ford, *In: Blog Jornalismo Especializado*<sup>2</sup>:

“Sou um jornalista! Não sou um político. Os políticos são o meu alimento. Construo-os; derrubo-os. Mas nunca seria um. Não poderia ser um – isso destruir-me-ia. Sou a vossa consciência. Sou uma pequena voz que atoa na noite. Sou o vosso cão de guarda que uiva aos lobos. Sou o vosso padre confessor...” in “The Man Who Shot Liberty Vallance”, John Ford, EUA, 1962.

Nos últimos dois anos, um dos assuntos mais comentados em todos os seguimentos tem sido a corrupção, os políticos envolvidos e as formas de combatê-la. Dentre as várias ferramentas de combate contra a corrupção, merece destaque as chamadas delações premiadas, introduzida no ordenamento jurídico brasileiro através da Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013. O intuito da delação premiada é premiar o colaborador que se disponha a contribuir com autoridade judiciária ou policial, evidenciando informações para a produção de materialidade do delito e de sua autoria. E essas delações se tornaram o verdadeiro fascínio dos jornalistas políticos do país. O que tem causado um embaraço para o entendimento das pessoas menos esclarecidas, que não raramente acabam enfrentando dificuldades para separar os assuntos políticos dos assuntos policiais.

Cada delação funciona como estopim para novos escândalos. Nesses casos os interesses privados afetam o interesse público, e por isso devem ser publicados. Todavia, o viés da ética nos remete a cautela que devemos ter antes de tornar público uma delação. Não podemos descartar a possibilidade da delação estar contaminada por interesses políticos, e quando os interesses políticos aparecem, surgem também as dúvidas. Afinal, em momentos como o que vivenciamos agora, a política ganha pejorativamente o sentido de coisa ruim à sociedade.

A questão ética deve ser motivo de preocupação com a forma como a imprensa tem abordado o contexto das delações premiadas. Não restam dúvidas que o assunto é merecedor de uma reflexão ética mais efetiva. Pois diante dessa questão da ética, é inaceitável que a colaboração fique restrita a uma série de acusações, e essas passem a ser a pauta principal das editorias de política. Como fica o cuidado jornalístico

---

<sup>2</sup> Citação disponível no Blog de Jornalismo Especializado - Universidade Lusófona Porto, PT: [jornalismoespecializado.blogs.sap.pt](http://jornalismoespecializado.blogs.sap.pt).

elementar de verificar a quem interessa a informação, confirmar a veracidade e somente depois publicar. No atual contexto, isso tem sido prática dispensável.

Em meio a toda essa discussão o Congresso Nacional colocou em votação o projeto que dá anistia a todos os crimes de Caixa 2, esses previstos no Art. 350 do Código Eleitoral - Lei 4737/65. Na visão de muitos críticos e jornalistas políticos o projeto é uma manobra do Congresso que pretende dar um golpe de morte na operação Lava Jato. Aliás golpe na lava jato tem servido de argumento para mascarar muitas coisas. Neste estudo analisaremos de qual maneira o jornalista político Kennedy Alencar tratou este assunto em seu blog.

## **2 – METODOLOGIA**

A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como descritiva. Isto por que o processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o processo de coleta de informações. O método aplicado para obtenção dos resultados propostos foi o bibliográfico exploratório, com a abordagem direta de leitura e seleção de textos específicos sobre o assunto estudado, além do confronto de leituras sobre a temática e de autores referência, como Rogério Chistofolletti e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, editado pela FENAJ.

## **3 – A MATÉRIA EM ANÁLISE**

### **3.1 – Blogdokennedy.com.br 24-11-2016, 9h04:**

#### **CONGRESSO ARMA GOLPE CONTRA LAVA JATO; STF PODE MELÁ-LO**

Anistia ao caixa 2 objetiva impedir acusações de corrupção contra políticos

#### **KENNEDY ALENCAR BRASÍLIA**

A provável aprovação hoje na Câmara de uma anistia a casos de caixa 2 que possam ser enquadrados como propina será um golpe contra a Lava Jato. A manobra é uma reação direta aos acordos de delações dos executivos da Odebrecht que começaram a ser assinados nesta semana com o Ministério Público.

Se levada a cabo a anistia ampla, haverá a confirmação da previsão feita pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), hoje líder do governo no Congresso, de que a queda da presidente Dilma

Rousseff contribuiria para estancar a sangria Lava Jato.

Ocorrerá o golpe contra a Lava Jato se houver a tipificação do crime de caixa 2 acrescida de um texto que diga que práticas do passado aplicadas em campanhas e atividades partidárias serão perdoadas nas esferas penal, tributária, financeira e eleitoral.

\*Impunidade seletiva

O texto aprovado pela Câmara será fundamental para definir a extensão da anistia. Nas últimas horas, houve discussão para a apresentação de um substitutivo completo ao relatório de Onyx Lorenzoni ou de uma emenda ao texto dele aprovado na madrugada na comissão especial da Câmara. O diabo mora nos detalhes.

Se for apenas tipificado um novo crime, a lei não poderá retroagir para punir casos clássicos de caixa 2. Ou seja, aquela contribuição não contabilizada para um político ou partido. Nessa hipótese, haveria um alcance menor.

No entanto, ao especificar as hipóteses em que o comportamento do passado será perdoado, o objetivo é impedir que o Ministério Público faça denúncias que considerem relatos apresentados como caixa 2 como casos de propina. Ou seja, poderia impedir a Lava Jato de acusar políticos de corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, entre outros crimes.

Essa anistia ampla está sendo votada às pressas para proteger políticos que estão sendo investigados pela Lava Jato. É um casuísmo para criar uma lei de impunidade seletiva. É legislar em causa própria. É misturar os interesses públicos e privados. É um escândalo o que a Câmara está prestes a fazer hoje e que tem boa chance de ser referendado pelo Senado.

Mas provavelmente haverá contestação no Supremo Tribunal Federal, que poderá impedir essa manobra que nasce marcada pelo casuísmo e o interesse de proteger investigados por corrupção.

\* PT insiste no erro

Esse perdão amplo ao caixa 2 é uma articulação que une as forças que apoiam o governo e a parcela da atual oposição, especialmente o PT. Rede e PSOL são contra.

O apoio do PT a esse golpe na Lava Jato é um erro do partido, que já perdeu o poder. O PT não inventou a corrupção nem é o pai dela no Brasil, mas está cometendo um série de erros para se

candidatar a ficar com esses títulos e enfraquecerá a narrativa de que sofreu um golpe parlamentar.

Os petistas não deveriam aceitar essa anistia. Em Curitiba, depoentes não apontaram até agora provas contra o ex-presidente Lula. Os petistas deveriam enfrentar as acusações e as consequências de eventuais condenações.

Havia um racha ontem à noite na bancada do PT, mas a maioria tendia a apoiar esse disparate. O resultado deverá ser a saída de uma grande leva de políticos do PT, que só estavam esperando uma desculpa ideal. Esse pretexto está aí.

Se apoiar a anistia, o PT assinará o recibo de confusão do partido com a corrupção e continuará cometendo o erro de evitar uma autocrítica necessária pelos erros que o levaram a perder o poder.

\*Rasteira federal

Há um ativismo político de alguns procuradores da República. Jogaram um jogo para o qual não estavam preparados e não previram que políticos poderiam usar o projeto que apresentaram para aprovar a anistia ampla.

Quando fizeram lobby para tirar desse projeto a possibilidade de responderem a crimes de responsabilidade, esses procuradores acabaram perdendo autoridade moral. Agiram em causa própria. Agora, é a vez de políticos agirem assim.

O Brasil não é para amadores.

### **3.2 – ANÁLISE DA OPINIÃO**

A matéria em análise é do gênero opinativo, assim são a maioria das publicações dos blogs. O autor é Kennedy Alencar, 49, um jornalista brasileiro dedicado a assuntos políticos e econômicos. Formado em 1989 no curso de jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo, começou sua carreira na imprensa escrita - jornal “Folha de São Paulo”. Hoje, trabalha na internet, no rádio e na televisão. Dono do Blog do Kennedy ([blogdokennedy.com.br](http://blogdokennedy.com.br)) que tem como propósito participar do debate público com informações, análises e opiniões, seguindo uma linha editorial pautada no equilíbrio, imparcialidade e apartidarismo, segundo afirmação própria em seu espaço midiático.

Neste caso em estudo, o jornalista emite opinião sobre um assunto que ganhou repercussão nacional. A anistia ao Caixa 2, tem sido um dos mais comentados nos diversos meios de comunicação e, principalmente nas redes sociais. O jornalista caracteriza o projeto como um golpe contra a operação Lava Jato e também uma manobra preventiva, visando proteger políticos de uma possível acusação advinda das delações premiadas de executivos da Construtora Odebrecht, que, segundo consta, já foram fechadas com o Ministério Público.

Dentre os diversos gêneros jornalísticos, o opinativo por ser um dos mais carregados de subjetividade, é também um dos que mais exige do jornalista o embasamento dos fundamentos éticos da profissão. A opinião está diretamente subordinada ao atendimento do direito à informação. O jornalismo fala de política devido a sua importância social, por outro lado, a política precisa do jornalismo para ampliar sua voz. Assim sendo, Rogério Chistofolletti em seu livro “Ética no Jornalismo” (p. 31, 1999) nos ensina:

Não é apenas porque o jornalismo se construa com base nas decisões editoriais que a discussão sobre ética e moral seja adequada aqui. Os meios de comunicação se ocupam das narrativas cotidianas que têm como protagonistas de pessoas de todas as partes, o que significa dizer que o jornalismo lida com reputações e honras pessoais, com valores e conceitos, com o imaginário popular, com versões da história e com o próprio senso de verdade e realidade.

Seguindo essas narrativas do cotidiano, logo na abertura de seu comentário, Kennedy destaca que caso seja aprovada a anistia ampla, de acordo com entendimento do Ministério Público, estará se confirmando o que foi revelado nas gravações entre o Senador Romero Jucá (PMDB/RR) e Sérgio Machado (ex-presidente da Transpetro), de que a queda da Presidente Dilma serviria para estancar a sangria (frear a operação Lava Jato). Porém, ao mesmo tempo, ele revela a possibilidade do Supremo Tribunal Federal barrar a manobra.

Segundo Kennedy, a anistia ampla está sendo votada às pressas, é casuismo para criar uma lei de impunidade seletiva, ou seja, é legislar em causa própria, é sobrepor o interesse público. Ele considera um escândalo o que a Câmara está fazendo, e aventa as boas chances do Senado referendar.

O jornalista faz críticas à participação de parlamentares do Partido dos Trabalhadores, em sua opinião o PT não deveria apoiar o projeto, pois vê como uma

perda de oportunidade para recuperar parte do prestígio popular. Por fim, faz severas críticas a procuradores do MPF, que segundo Kennedy, entraram em um jogo para o qual não estão preparados. Ao fazerem lobby para não responderem a crimes de responsabilidade, perderam autoridade moral. Também agiram em causa própria.

Dando sequência, percebemos que o jornalista Kennedy Alencar, faz críticas coerentes sobre um dos assuntos mais comentados, e que movimentou os bastidores da política, do jornalismo e da justiça brasileira na última semana. Dessa forma, entra de maneira direta no campo da ética jornalística, cumprindo o papel de mostrar a realidade e revelar a verdade, cumprindo, portanto, princípios éticos básicos.

Na construção de seu discurso Kennedy vai direto ao assunto, e paulatinamente segue apresentando as argumentações com as quais constrói sua crítica. Conforme a marcha da leitura, as marcas da parcialidade política vão sendo desconstruídas, descartando a possibilidade de um discurso montado para agradar a esquerda ou à direita. Sobre isso, Claude-Jean Bertrand, em seu livro “a deontologia das mídias” (p. 88, 1999), traz diversas lições sobre comportamento ético dos jornalistas, e uma delas é destaque para o jornalismo de opinião: “...o profissional deve permanecer escrupulosamente honesto: evitar todo conflito de interesses, não aceitando favores morais ou materiais...”.

Neste caso específico do artigo de Kennedy, podemos nos valer de outro trecho do mesmo autor e obra: “um profissional de mídia é antes de tudo responsável perante ele mesmo. Não deve trair suas convicções, deve recusar executar uma tarefa contrária a deontologia.” (1999,p.99). Seguindo nesta análise, destacamos o Art. 6º do Código de Ética dos Jornalistas que diz: “O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinado ao presente Código, combinado com o Art. 7º do mesmo diploma: O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (FENAJ, 2007).

Verificando os mandamentos dos artigos citados e outros constantes no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), não detectamos nenhum desvio aos preceitos e fundamentos da ética jornalística, que pudesse ser atribuído ao artigo de opinião do jornalista Kennedy Alencar. A matéria opinativa é bastante esclarecedora, dentro de uma linha editorial equilibrada, imparcial e apartidária. Portanto, assim sendo concluímos tratar-se de um produto jornalístico com padrões éticos.



#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo tem a capacidade de movimentar a vida da população. O jornalismo é dotado do poder de construir ou destruir imagens e reputações. Contudo, a reputação do próprio veículo de comunicação e do jornalista também são passíveis dessa destruição. Em síntese, é correto dizer que política e jornalismo caminham juntos, porém podem ter destinos bem diferentes.

O estudo da ética no jornalismo político, deve preocupar-se primordialmente com a execução prática da atividade de bem informar. Em sua finalidade ética, o jornalismo deve ser utilizado como ferramenta de fomento à construção de uma sociedade mais politizada, e estimular o interesse de todos os cidadãos a participar da vida política do país.

A decisão por um jornalismo político ético, permite formar um cidadão mais consciente, com qualidade e conteúdo político capaz de desenvolver o raciocínio crítico sobre os mais diversos assuntos. Assim é possível analisar as possíveis combinações que constroem o universo da política. Para os futuros jornalistas isso não pode, jamais, ser deixado de lado no estudo da ética, no estudo da deontologia.

O jornalismo político precisa contribuir para a construção do significado das coisas, e esse significado construído é feito a partir da aplicação de conceitos éticos na prática cotidiana do jornalismo, embora saibamos que nem sempre é tão simples assim. A aplicação do jornalismo alicerçado na ética aguça o senso crítico de tal modo, que permite o entendimento dos processos de manipulação das palavras, proporcionando a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio da oratória. Além disso, nos revela o estabelecimento de princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais, no que se refere à ideologia política. Sobre o debate em questão escreveu Barros Filho (2008):

“Nos últimos anos, houve uma revolução mundial no modo de perceber os valores e a comunicação social teve um papel importante nessa transformação, pois refletiu novas atitudes e estilos. Se não houver ética nas informações passadas pelos jornalistas, ao mesmo tempo que a comunicação social pode ser instrumento de unidade e compreensão mútua, pode ser veículo de uma visão deformadora”.

Dessa forma, opinar jornalisticamente sobre um assunto político de relevância, exige habilidade e responsabilidade profissional. Transmitir a informação e ao mesmo

---

tempo emitir um parecer sobre ela, sem deixar transparecer segundas intenções, não é tarefa das mais fáceis. Principalmente em um mundo de manipulações e demagogia, difícil de contextualizar, interpretar e explicar os eventos como é o caso do meio político. Tudo isso só aumenta o grau de risco que o jornalista corre de ser acusado de manipular informações para atender aos interesses de determinado grupo.

### **Referências bibliográficas**

BARROS Filho, Clovis de. **Ética na Comunicação**. 6ª ed. São Paulo SP. Editora Summus, 2008.

BELTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. 2ª ed. Bauru-SP. Editora EDUSC, 1999.

CHISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo-SP. Editora Contexto, 1999.

KOSOVSKI, Ester (org.). **Ética na Comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro RJ. Editora Mauad. 1995.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Brasília-DF. **Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ**, 2007. Aprovado no Congresso de Vitória, em 04 de agosto de 2007.

**Blog de Jornalismo Especializado**, Universidade Lusófona Porto. Disponível em: <jornalismoespecializado.blogs.sapo.pt> . Acesso em 04.12.2016 às 16hs;

KENNEDY, Alencar. **Blog do Kennedy**, 2016. Disponível em: Blogdokennedy.com.br.